



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2024

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. **Contratação de pessoa jurídica para realizar a recarga de gás e serviços de limpeza nos ar condicionados da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 Os itens do respectivo lote a serem fornecidos devem observar as especificações e os quantitativos estimados na(s) tabela(s) abaixo:

LOTE 01						
Item	CATMAT /CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Especificação da descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	2771 (aprox.)	Serviço	35	Serviço de limpeza de filtros e higienização completa, incluindo desmontagem no local, limpeza das peças e montagem dos aparelhos de ar condicionados de 12.000 Btus, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, localizados nos gabinetes de vereadores e colaboradores da Câmara Municipal.	R\$ 245,00	R\$ 8.575,00
2	2771 (aprox.)	Serviço	04	Serviço de limpeza de filtros e higienização completa, incluindo desmontagem no local, limpeza das peças e montagem dos aparelhos de ar condicionados de 18.000 Btus, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, localizados no gabinete Administrativo da Câmara Municipal.	R\$ 280,00	R\$ 1.120,00
3	2771 (aprox.)	Serviço	04	Serviço de limpeza de filtros e higienização completa, incluindo desmontagem no local, limpeza das peças e montagem dos aparelhos de ar condicionados de 31.000 Btus, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, localizados no Foyer da Câmara Municipal.	R\$ 400,42	R\$ 1.601,68
4	2771 (aprox.)	Serviço	08	Serviço de limpeza de filtros e higienização completa, incluindo desmontagem no local, limpeza das peças e montagem dos aparelhos de ar condicionados de 54.000 Btus, modelo Split Frio Tecnologia Inverter, localizados no Plenário.	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
5	430586 (aprox.)	Serviço	20	Serviços de reposição de Gás, incluindo gás R410, ecológico.	R\$ 307,54	R\$ 6.150,80
Valor total estimado da contratação						R\$ 22.647,48

1.1.2. Caso o(s) item(s) apresente descrição diferente daquela registrada no sistema, deverá ser considerada a constante deste documento, sendo o CATMAT/CATSER, os descritos na tabela acima.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

1.2. A contratação será realizada sob a égide da Lei Federal n. 14.133/2021. Por se tratar de Itens Indivisíveis, não haverá o parcelamento da contratação, sendo contratado por lote único.

1.3. A licitação será realizada em lote único, formados por 05 (cinco) itens, conforme tabela acima, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. Porém, no **SISTEMA DO COMPRAS.GOV**, quando a modalidade for dispensa eletrônica, não está disponível o cadastramento em lotes, somente está disponível para cadastrar item (ns), portanto, essa licitação no **SISTEMA DO COMPRAS.GOV** os lançamentos estão no formato itens. Nesse sentido, a referida licitação realizar-se-á em lote único, compondo o aviso e seus anexos.

1.4. O julgamento das propostas se dará pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas no Termo de referência, Edital de contratação e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. O valor deverá ser único, expresso em número e por extenso, limitado a 02 (duas) casas decimais.

1.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado e pode ser objetivamente definido pelo edital. (Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XIII).

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo.

1.8. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, também deverão ser observados a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, considerando tratar-se de prestação de serviços executados de forma contínua. Permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos legais dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.9. Trata-se de serviço de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, pois sua interrupção pode comprometer o prosseguimento das atividades da Administração e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua manutenção contínua é imprescindível para o funcionamento das rotinas administrativas deste Poder Legislativo.

1.10. De acordo com o que preceitua-se o art. 49, inciso IV da Lei Complementar 123/2006, as contratações com base no artigo 175, inciso II da Lei nº 14.133/2021, deverão ser realizadas preferencialmente com microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).**

2.1 A recarga de gás e limpeza de ar condicionado, é uma necessidade imperativa aos órgãos públicos.

2.2. A contratação dos serviços de recarga de gás e limpeza de ar condicionado para a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, visa atender vereadores e servidores no desempenho de suas atribuições além de, proporcionar um atendimento satisfatório aos frequentadores dessa Casa de Leis. A presente contratação visa proporcionar condições adequadas de funcionamento aos equipamentos eletrônicos existentes na sala de áudio e vídeo e demais gabinetes que trabalham em altas temperaturas e precisam ser refrigerados para que não ocorra a queima de seus componentes, restando caracterizada a natureza contínua.

2.3. Tendo como base o Princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entende-se que a aquisição



é imprescindível para manutenção das atividades diárias desenvolvidas pelos setores administrativos e legislativos deste poder Legislativo.

2.4. Observa-se o interesse público na contratação uma vez que a contratação visa a manutenção das condições materiais mínimas necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos do Poder Legislativo, condição essencial para o cumprimento das atividades desempenhadas pelos Vereadores e servidores públicos desta Casa Legislativa.

2.5. No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto no tópico 1.1 deste Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda.

2.5. Como base no exposto é certo reconhecer que, a contratação deste serviço é típica de execução de forma continuada conforme preceitua art. 6 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pois caracteriza-se pela impossibilidade de sua interrupção ou suspensão, sob pena de acarretar prejuízos ou danos insuperáveis às ações de atribuições deste órgão público, especificamente no tocante a sua atividade-fim.

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2024, disponibilizado no Portal da Transparência do endereço eletrônico da Câmara Municipal: <https://camarasantahelena.atende.net/transparencia/>.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c').**

3.1. A referida contratação visa otimizar os serviços de recarga de gás e limpeza de ar condicionado uma vez que as empresas que prestam esse serviço possuem experiência e conhecimento especializado na manutenção dos equipamentos de ar condicionado. Elas estão familiarizadas com os principais problemas que possam ocorrer nos equipamentos de ar condicionado. Ao contratar uma empresa especializada, o órgão público pode reduzir riscos associados a perdas de equipamentos devido à falta de manutenção adequada e assim, prezar pela valorização do patrimônio público.

3.2. Ao contratar uma empresa especializada, o órgão público pode economizar tempo e recursos internos, uma vez que a empresa realizará serviços de limpeza de maneira periódica. Objetivando a prevenção de danos ocasionados pela falta de higienização dos equipamentos.

3.3. A contratação visa assegurar suporte e atendimento ao Órgão, uma vez que isso pode ser especialmente útil em emergências, como vazamentos ou falha de funcionamento nos componentes do ar condicionado. O órgão público pode contar com a assistência da empresa contratada para resolver problemas ou lidar com imprevistos.

3.5. Quanto a vigência do contrato referente aos serviços prestados poderão ser prorrogados, pois o custo administrativo de um processo licitatório, já que quanto maior o número de procedimentos, maior o gasto da administração, considerando contratações de serviços continuados, como o que aqui se trata.

3.6. Bem como o prazo dilatado permitirá obtenção de ganho de escala e consequentemente melhores preços para a Administração.

3.7. Ademais, é maior a atratividade do certame pelo mercado, por meio de uma maior diluição dos custos por durante o lapso temporal do contrato, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade.

3.8. Seguindo esta lógica, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, (Acórdão 3.320/2013-Segunda Câmara):



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013-Segunda Câmara).”

3.9. Um prazo contratual exíguo implicaria na constante dedicação de recursos humanos especificamente para processos de Planejamento da Contratação, considerando que os trabalhos de renovação/prorrogação são deflagrados com antecedência (em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União esposada no Acórdão nº 728/2008 – 1ª Câmara).

3.10. Corroborando, a prestação de serviços mostra-se viável na modalidade de compra por Dispensa Eletrônica, pois o valor estimado é inferior ao inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021 e o julgamento da proposta é por Menor Preço do Lote, a licitante que ofertar o menor preço sobre o lote será consagrada vencedora contratação, uma vez que desonera a administração pública trazendo maior economia.

3.11. Considerando a necessidade que se pretende atender, conclui-se que a contratação é adequada para prestação de serviços de recarga de gás e limpeza dos ar condicionados, em atendimento à Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação contratual por até 10 (dez) anos.

3.12. Em relação ao ciclo de vida do objeto, não há apontamentos a serem feitos, por se tratar de prestação de serviços.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21).**

4.1 Para que a contratação seja efetivada, os requisitos deverão ser atendidos, sendo:

4.1.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinará o aviso de contratação direta.

4.1.2. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da contratação de pessoal, salários de empregados, transporte dos mesmos e quaisquer outros encargos, inclusive acidentes de que possam vir a ser vítimas, quando em serviço, e por tudo quanto as leis da Previdência Social e trabalhistas lhes assegurem e, ainda, por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros.

4.1.5. Atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a contratante.

4.1.6. Não divulgar, nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome da contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da contratante.

4.1.7. Manter durante toda a execução do futuro contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

4.1.8. A execução dos serviços de recarga de gás e limpeza dos ar condicionados ocorrerão conforme as necessidades e demanda da Câmara Municipal, pois serão efetuadas mediante Autorização da Presidência.

4.1.9. A partir desse estudo esperamos encontrar uma solução que atenda por completo a prestação de serviços de recarga de gás e limpeza dos ar condicionados do patrimônio da Câmara Municipal de Santa Helena.

4.2. Os serviços a serem prestados pela contratada:



- 4.2.1. Verificar o estado dos filtros de ar, providenciando a limpeza;
  - 4.2.2. Verificar e corrigir vazamentos internos e externos;
  - 4.2.3. Limpeza geral do equipamento;
  - 4.2.4. Verificação geral do funcionamento do condicionador de ar, com relações a vibrações ruídos e à eficiência do equipamento;
  - 4.2.5. Limpeza minuciosa do evaporador (inclui limpeza da serpentina, carcaça e rotor);
  - 4.2.6. Limpeza do condensador com escova apropriada;
  - 4.2.7. Limpeza, verificação e lubrificação do conjunto moto – ventilador;
  - 4.2.8. Limpeza da bandeja do condensador e de todo sistema de drenagem;
  - 4.2.9. Verificar a carga de gás refrigerante a e contaminação do sistema através do visor de líquido e indicador de umidade;
  - 4.2.10. Verificar e limpar a serpentina e o rotor do evaporador, com produto biodegradável;
  - 4.2.11. Limpar terminais e contatos elétricos;
  - 4.2.12. Lavar a bandeja e serpentina com remoção do biofilme(iodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos.
  - 4.2.13. Para executar os serviços de limpeza, a empresa deverá realizar a desmontagem no local dos aparelhos, posteriormente, a limpeza de filtros e todos os componentes nos ar condicionados para a higienização completa, e concluir com a montagem dos aparelhos, deixando-os em pleno funcionamento.
- 4.3.1. A realização dos serviços somente serão autorizadas mediante requisições ou ordem de compra emitidas pela Câmara Municipal.
  - 4.3.2 - Manter para a Contratante ou à sua disposição, a qualquer momento, empregado para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando à Contratante, plantão de telefones fixos e celulares.
  - 4.3.3 – Mediante o recebimento da Autorização da Compra, o prestador de serviço deverá realizar os serviços nas condições contratadas e encaminhar a nota fiscal para o devido empenho e posterior pagamento.
  - 4.3.4 – Como o serviço é sob demanda, não é possível determinar o quantitativo exato.

## **Sustentabilidade**

- 4.4. Recomendamos a necessidade de utilizar produtos biodegradáveis no momento de se realizar a limpeza e sugere-se a não utilização de produtos desengraxantes e corrosivos devido ao alto impacto ambiental que poderia ser ocasionado ao meio ambiente.
- 4.4.1. A futura contratada deverá promover e incentivar a participação, sempre que possível, aos seus colaboradores em cursos e treinamentos sobre educação ambiental, descarte de resíduos sólidos, prevenção e controle de riscos na prestação do serviço, bem como, do uso racional da água e energia elétrica.

## **Subcontratação**

- 4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 4.5.1. A Contratada deverá executar diretamente o objeto contratado, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena.

## **Garantia da contratação**

- 4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:
- 4.6.1 A presente contratação não envolve a obrigação de prestação de garantia, pois, não há execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 7º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017





## **Especificações da Garantia do Serviço, manutenção e assistência técnica (art. 40, §1º, inciso III da Lei n. 14.133/2021).**

4.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.7.1. A Contratada deverá fornecer o prazo mínimo de garantia contra defeitos de execução dos serviços:

- a) A Contratada deverá oferecer garantia de 90 (noventa) dias nos serviços de recarga de gás e limpeza dos ar condicionados.

## **Marca Ou Similaridade**

4.8. Na presente contratação não foi apresentada marca como referência, por se tratar de prestação de serviços.

## **Padronização**

4.9. Não há especificações a serem definidas para fins de padronização no presente caso.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).**

5.1. O prazo da contratada assinar o contrato é de 05 (cinco) dias, após recebimento do contrato pela contratante.

5.1.1 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado e justificado pela Contratada por escrito e protocolado na Contratante, ou encaminhado o pedido pelo e-mail [compras@camarasantahelena.pr.gov.br](mailto:compras@camarasantahelena.pr.gov.br).

5.2. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, também deverão ser observados a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, considerando tratar-se de prestação de serviços executados de forma contínua. Permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos legais dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

5.2.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar se-á o que venha a substituí-lo.

5.3. A prestação de serviços de recarga de gás e limpeza dos ar condicionados, se dá em razão da Câmara Municipal, realizar o serviço conforme a necessidade que surge no decorrer do exercício, por essa razão, não se tem uma estimativa do quantitativo exato, nesse viés a prestação de serviço de recarga de gás e limpeza de ar condicionados não constituirá qualquer compromisso futuro, pois o serviço será efetuado mediante Autorização de Compra da Presidência da Câmara Municipal de Santa Helena.

5.4. O local de entrega dos serviços demandados será na Câmara Municipal. A entrega dos serviços será com acompanhamento de um servidor designado a esta contratação, o qual procederá com a verificação da conformidade dos serviços e especificações técnicas.

5.5. A partir da solicitação da Contratante, a Contratada deverá realizar os serviços em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da autorização e/ou ordem de compra para realização do serviço.

5.6. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Contrato.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

5.7. Caberá à Contratada reparar, corrigir, reconstituir, substituir e retirar as suas custas os itens em que forem verificados defeitos ou incorreções no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação da contratada.

5.8. Os fornecimentos da prestação de serviços deverão ocorrer mediante entrega, o prazo, quantidade, local e horário especificados neste Termo de Referência e no Termo de Contrato.

5.9. A Contratada não deverá efetuar ou permitir a prestação de serviços ou quantidade que não esteja estipulado no Termo de Contrato, sob pena de aplicação de penalidade cabível.

5.10. A realização dos serviços deverá ocorrer em dias úteis, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, ou sempre que solicitado em dias e em horários esporádicos.

5.10.1. O serviço será realizado na sede da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Paraná nº 1400, Centro, Santa Helena, Estado do Paraná.

5.11. Todos os custos para a prestação do serviço serão por conta da Contratada.

### Considerações Gerais

5.13. A Contratada deverá incluir, no preço ofertado, todas as despesas diretas e indiretas e todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto.

### 6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. O acompanhamento da execução da contratação consiste na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo ser exercido por um ou mais representantes da Contratante, designados pelo setor competente.

6.2. A execução da contratação será acompanhada pelos servidores abaixo, conforme segue:

Recebimento e Fiscalização	Servidor
Fiscal de Contratos	Carlos Roberto Basso e/ou Noeli Schmidt
Gestor de Contratos	Patricia Gomes

6.3. Aos servidores designados acima incumbirá acompanhar a execução do fornecimento dos itens e respectiva análise de conformidade com as especificações e critérios dispostos neste Termo de Referência, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento da contratação.

6.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) de contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências deste instrumento. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

6.3.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

6.3.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.3.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato ou documento equivalente, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.3.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor de Contratos, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.3.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.3.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

6.3.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

6.3.5.4. Comunicar a empresa para que emita o relatório demonstrativo de faturamento e a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.3.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.3.5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.4. A Contratante reserva-se o direito de rejeitar os itens entregues, se em desacordo com as normas técnicas ou com os termos deste instrumento.

6.4.1. Os itens recusados deverão ser substituídos em no máximo 24 horas;

6.4.2. Quaisquer custos referentes à reexecução dos objetos contratados, em razão de sua não conformidade com os requisitos do Termo de Referência, deverão correr por conta da Contratada.

6.5. A Contratada deverá remover, às suas expensas, os serviços que estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.6. Quaisquer exigências da Contratante inerentes ao objeto contratado deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

6.7. O acompanhamento do recebimento dos itens será exercido no interesse da Câmara Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.





## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

6.8. O recebimento definitivo e aceitação do objeto ficarão a cargo de servidor designado, obedecendo ao disposto nas alíneas “a” e “b”, inciso I e II, do art. 140, bem como ao disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

6.9. Será declarado o recebimento definitivo após o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, qualitativa e quantitativamente, devidamente atestado pelo servidor designado, constando o atendimento às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.10. A ação ou omissão da Contratante no acompanhamento do fornecimento dos itens não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os itens fornecidos, o cumprimento dos prazos e quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

6.11. O termo de Contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.12. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.13. As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

### **Obrigações da Contratante**

6.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.15. Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a Contratada conte com as melhores condições para fornecer os itens, bem como fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

6.16. Cumprir pontualmente todos os compromissos financeiros com a Contratada.

6.17. Indicar seu representante junto à Contratada, ao qual caberá o acompanhamento do recebimento dos itens entregues pela Contratada.

6.18. Manter os entendimentos com a Contratada sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas.

6.19. Exercer o acompanhamento do fornecimento por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.20. Conferir, vistoriar e aprovar os serviços fornecidos pela Contratada.

6.21. Atestar a efetiva prestação do fornecimento do lote, bem como a qualidade dos mesmos.

6.22. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais falhas na prestação do fornecimento dos itens, fixando prazo para a sua correção.

6.23. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências da Câmara Municipal, para a execução dos serviços e/ou fornecimento dos itens, desde que devidamente credenciados.

6.24. Prestar à Contratada as informações eventualmente necessárias para o fornecimento dos itens.



6.25. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.26. Efetuar o pagamento pela execução do objeto contratado, na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas.

6.27. Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas neste Termo e na legislação vigente.

## **Obrigações da Contratada**

6.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.29. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.30. A Contratada deverá priorizar a utilização de materiais menos perigosos, duráveis, certificados, recicláveis e/ou reutilizáveis, de forma a atender a legislação vigente relativa ao tema.

6.31. A partir da solicitação da Contratante, a Contratada deverá realizar os serviços em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da autorização e/ou ordem de compra para realização do serviço.

6.32. Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução da contratação, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e substituto em suas ausências.

6.33. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução da contratação, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas.

6.34. A Contratada deverá executar os serviços garantindo a melhor qualidade, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, quando cabível, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto.

6.35. Responsabilizar-se pelas despesas inerentes e sua respectiva execução.

6.36. A Contratada deve disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.

6.37. Atender a demanda de acordo com as especificações e critérios estabelecidos neste Termo de Referência e a responder a todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto.

6.38. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento, como taxas, fretes ou impostos.

6.39. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes no fornecimento do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.40. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade da prestação de serviços fornecidos e sua execução neste órgão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

6.40.1. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.41. Facilitar o acompanhamento da Contratante na prestação dos serviços.

6.42. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação de serviços, bem como prestar, prontamente, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

6.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto.

6.44. Acatar e cumprir as normas internas da Administração.

6.45. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultante da negligência ou conduta inadequada de seus empregados durante a execução do objeto, bem como, quando da utilização de materiais e equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, o acompanhamento pela Contratante.

6.46. Empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados, especializados na execução de serviços de manutenção em equipamentos de ar condicionados.

6.47. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com o serviço prestado na recarga de gás e limpeza dos ar condicionados.

### **Das Sanções**

6.51. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, resguardado o direito à ampla defesa, contraditório e devido processo legal.

### **7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será mediante o valor total dos serviços prestados apenas em relação ao que for efetivamente prestado e autorizado pela contratante, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação à Contratante da Nota fiscal/fatura discriminativa, contendo o detalhamento da prestação do serviço, do número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da Contratada e a descrição clara e sucinta do objeto.

7.2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentre dos limites do art. 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

7.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2. a data de emissão;

7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.5. o valor a pagar em reais;

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis



7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.5. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da lei nº 14.133/2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta no SICAF, para a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação, b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas diretas.

7.7. Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não se procederá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.12. O pagamento somente será autorizado após a emissão de Atesto de Recebimento pelo(s) servidor(es) designados como Fiscal de Contratos e Gestor de Contratos, e verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos produtos efetivamente fornecidos e, eventualmente, aos materiais empregados.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

7.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.881.449/0001-30

I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = percentual da taxa anual (6%).

7.16. A Contratante se reserva o direito de descontar o valor da(s) multa(s) aplicada(s) quando do pagamento da(s) fatura(s) emitida(s) pela Contratada e/ou proceder a execução direta do débito.

7.17. Os pagamentos efetuados pelo Contratante não isentam a Contratada de suas obrigações e responsabilidade.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A forma e o critério de seleção do fornecedor será por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, por processo de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, modo de disputa **ABERTO**, com fundamento na hipótese do **art. 75, inciso II** da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta mais vantajosa, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO DO LOTE**.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total do lote para a contratação é de R\$ 22.647,48 (Vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos) apostos na tabela acima.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da Câmara Municipal.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

### Dotação:

Referencia de dotação	12	
Órgão:	01	Câmara Municipal
Unidade:	001	Câmara Municipal
Função:	0001	Legislativa
Subfunção:	0031	Acao Legislativa
Programa:	0028	Gestão Legislativa
Ação:	2226	Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal
Elemento:	33390390000000000000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Subelemento:	33390399999000000000	Demais serviços de terceiros – pessoa jurídica

Santa Helena, 18 de abril de 2024.

Declaro que participei ativamente de todas as etapas deste Termo de Referência.

### Responsável pela Fase Interna

Aline Claci Giovanella

Ciente e de acordo,

**Paulo Julio Vasatta**

Presidente

Página 13 de 13